

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA**
Entrada n.º: 180
Data: 01/08/2017



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2017.08.02

ASSUNTO: Proposta n.º 707-P/2017

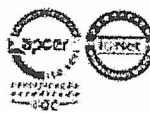
«Reconhecer o relevante Interesse Público Municipal na Regularização das instalações de Manuel & Cardoso, Lda.».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 2 de agosto de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Basílio Horta



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

E.O.6

Nos termos do Art.º 57.º, n.º 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 02.08.2017**.

Proposta nº 707-P/2017, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

Nos termos do Art.º 50.º, n.º 2 da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro; Art.º 26 n.º 2 do Código do Procedimento Administrativo; Art.º 8.º n.º 2 do Regimento, o Presidente submeteu a votação a admissibilidade da proposta.

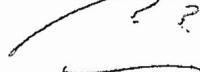
VOTAÇÃO: *admitida por unanimidade*

Foi submetida a votação a proposta acima referenciada.

VOTAÇÃO: *Aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 2 de agosto de 2017.

O Presidente



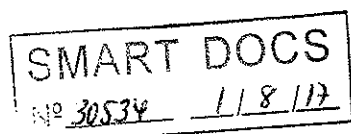
Basílio Horta

A Coordenadora



Helena Saraiva





Proposta N.º 707/2017

Considerando que o Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, estabeleceu com carácter extraordinário, o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo;

Considerando que a impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas pode inviabilizar a concretização de projetos de investimento e de criação/manutenção de emprego no concelho;

Considerando ainda que os pedidos de regularização das atividades económicas são apresentados às entidades coordenadoras ou licenciadoras e que quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, devem ser instruídos com deliberação fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização do estabelecimento ou instalação emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara;

Considerando que o requerente **Manuel & Cardoso, Lda.**, solicitou a esta Câmara o pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização das suas instalações situadas no Alto das Mimosas – Casal do Penedo, União de Freguesias de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro, instruindo o respetivo processo de acordo com o quadro normativo acima referido;

Reunião de

02 AGO. 2017

Docto Agendado com o
Nº 60.6



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



Considerando ainda que realizada a Conferência de Serviços, ao abrigo do Despacho n.º 9 – P/2015, de 21 de janeiro, os serviços municipais representados, GAEM e GPDM pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável à pretensão do requerente;

Considerando ainda a informação técnica da DGLI de 13 de julho de 2017;

Ponderados os interesses económicos, sociais e ambientais em presença, é de todo o interesse do Município manter a empresa no concelho, sendo inviável economicamente a sua deslocalização para outro local.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das instalações do requerente Manuel & Cardoso, Lda., nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Paços do Concelho de Sintra, 27 de 07 de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



Basílio Horta

Reunião de

02 AGO. 2017

Docto Agendado com o
Nº 60.6



N.º SM 30534/2017

Sintra, 18-07-2017 12:04:31

Assunto: Reconhecimento de Interesse Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro - Manuel & Cardoso, L.da

A consideração superior,

Maria de Jesus Silva
Romão Caetano
Machado

Docário Signed by Maria de Jesus Silva Romão Caetano Machado
DNCN-Maria de Jesus Silva Romão Caetano Machado
SERIAL NUMBER-DNCN-00022771 - Técnico Superior, OUA Certificado para Pessoa Singular, OUA Número de Apoio Técnico e Administrativo, OUA Município de Sintra, OUA
Reason: Fancos
Date: 2017-07-18 12:10:23

concordo.
A FUNDACIONAÇÃO do EXM-Sinhon Presidente.
A Diretora do Departamento
de Gestão do Território
(Lina Catarino)
2017-07-18

Concl.
21/07/17
✓

Reunião de

02 AGO. 2017

Doctº Agendado com o
Nº 60.6



Informação – Proposta n.º SM 30534

Sintra, 18-07-2017

Assunto: Reconhecimento de Interesse Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro - Manuel & Cardoso, Lda.

De: Maria de Jesus Caetano Machado

Para: Exma. Sr.ª Diretora do Departamento de Gestão do Território – Arq. ta Lina Catarino

Manuel & Cardoso, Lda., solicitou à CMSintra o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização das suas instalações afetas à atividade de transformação e comercialização de mármore, granitos e outras rochas ornamentais, CAE 27301-R3.

I) Do Enquadramento Legal da Pretensão

O Decreto – Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, cria um Regime Jurídico que estabelece com carácter extraordinário, o **Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras**, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

O citado diploma legal, visa criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Este regime é aplicável também aos estabelecimentos e explorações **sem título válido de instalação** ou exploração ou exercício de atividade, incluindo as desconformes com os IGT vinculativos dos particulares ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública, ou, estabelecimentos e explorações com

Reunião de

02 AGO. 2017

Doctº Agendado com o

Nº 60-6

título válido **cujas alterações ou ampliações** não sejam compatíveis com os IGT vinculativos dos particulares ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para aplicação do presente regime os estabelecimentos ou explorações devem comprovar que desenvolveram atividade por um período mínimo de 2 anos e que se encontram numa das seguintes situações:

- Em atividade ou cuja atividade tenha sido suspensa há menos de 1 ano;
- Quando a laboração se encontre suspensa por autorização da entidade licenciadora por um período máximo de 3 anos.

O processo de regularização dos estabelecimentos, independentemente do regime sectorial aplicável, deve iniciar-se sempre com a obtenção de Deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal, emitida pela Assembleia sob proposta da Câmara (artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro).

Este é um dos elementos instrutórios do pedido de regularização, sendo requerida pelos interessados à Câmara, previamente à apresentação do pedido de regularização na entidade coordenadora, quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.

O pedido para obtenção da deliberação de reconhecimento de interesse público deve ser fundamentado com os elementos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 4 e alíneas a) a c), g) a i) e n) do n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

II) Do Pedido

O requerente deu entrada de pedido para Declaração de Interesse Municipal, com vista ao licenciamento industrial das suas instalações de atividade de transformação e comercialização de mármore, granitos e outras rochas ornamentais, tendo em vista os condicionamentos decorrentes da classificação do solo no PDM e das Servidões e Restrições de Utilidade Pública, conforme explicitado na informação técnica da DGLI de 13/07/2017.

Realizada conferência de serviços, ao abrigo do Despacho n.º 9-P/2015 de 21 de janeiro, os serviços pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável.

Reunião de

02 AGO. 2017

Docto Agendado com c
Nº 60.6

O requerente instruiu ainda o seu pedido, com os elementos previstos no n.º 4 do artigo 5.º do referido diploma e Manual de Procedimentos para a Regularização, e ainda os previstos no n.º 5 do citado artigo, **para ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença.**

O requerente possui atualmente 40 postos de trabalho. A faturação da empresa no ano de 2014 foi de 378.878,22€ e no ano de 2013 de 1.435.984,00€.

Alegou ainda que o elevado investimento efetuado pela empresa, complementado com a degradação progressiva da situação económica do país, foi diminuindo a capacidade financeira da empresa para adquirir novas instalações, sendo economicamente inviável a sua deslocalização.

Conclusão / Proposta

Encontrando-se o processo corretamente instruído, de acordo com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tendo obtido parecer favorável do **Gabinete de Apoio Empresarial** e do **Gabinete do Plano Diretor Municipal** e de acordo com a **informação técnica da DGLI** de 13 de julho de 2017, propõe-se a remessa do presente processo à consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara para que em caso de concordância:

- O presente processo seja remetido a reunião de Câmara Municipal para deliberar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público municipal na legalização das instalações do requerente, **Manuel & Cardoso, Lda.**, tendo por base os fundamentos de facto e de direito constantes do processo, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

À consideração Superior,



Maria de Jesus Caetano Machado – Técnica Superior de Direito

Reunião de

02 AGO, 2017

Doctº Agendado com o
Nº EO.6